



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004622-03.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Estabelecimentos de Ensino**  
 Requerente: **Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento**  
 Requerido: **Fábio Rodrigo Ferrares**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento, mantedora do Colégio São Carlos propôs a presente ação contra o réu Fabio Rodrigo Ferrares, pedindo a condenação deste no pagamento da importância de R\$ 17.917,74, acrescida de atualização monetária e juros de mora até a data do efetivo pagamento, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares nos meses de fevereiro a dezembro de 2015.

O réu foi citado às folhas 31, não oferecendo resposta (folhas 32), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, diante da revelia do réu, nos termos do artigo 355, II do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares, por meio da qual a autora pretende a condenação do réu no pagamento da importância de R\$ 17.917,74, relativa às mensalidades inadimplidas nos meses de fevereiro a dezembro de 2015.

No contrato celebrado entre as partes contem a assinatura do réu (folhas 6/13). O histórico escolar colacionado às folhas 14 comprova a frequência e o aproveitamento da aluna Eugênia de Oste Ferrares no ano letivo de 2015, na 1ª série junto ao estabelecimento da autora, que, somado à revelia, faz presumir verdadeiros os fatos afirmados pela autora, de que celebrou com o réu contrato de prestação de serviços educacionais e que se encontra inadimplente com as parcelas vencidas nos meses de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fevereiro a dezembro de 2015.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Todavia, deve ser excluído do valor apresentado pela autora o percentual de 20%, relativo aos honorários advocatícios, os quais fazem parte da sucumbência.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a pagar à autora a importância de R\$ 13.188,00, devidamente atualizada desde a propositura da ação, pela tabela prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, devidos a partir da citação, bem como da multa de 2% sobre o valor do débito, prevista na cláusula vigésima sétima. Pela regra da causalidade, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos da cláusula trigésima do contrato.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de maio de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**